



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11060/000.310/96-05
RECURSO Nº. : 113.025
MATÉRIA : IRPJ - EX. : 1995
RECORRENTE : SCHIRMAM & BARRIOS LTDA - ME
RECORRIDA : DRJ - SANTA MARIA - RS
SESSÃO DE : 28 DE FEVEREIRO DE 1997
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.302

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRPJ - A partir de primeiro de janeiro de 1995, a apresentação da declaração de rendimentos fora do prazo fixado, sujeitará a pessoas jurídica à multa mínima de 500 UFIR, ainda que dela não resulte imposto devido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SCHIRMAM & BARRIOS LTDA - ME.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE e RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 MAR 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: URSULA HANSEN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ CLÓVIS ALVES, JÚLIO CÉSAR GOMES DA SILVA, RAMIRO HEISE e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI. Ausente, justificadamente, a Conselheira: SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO.

CMA



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 11060/000.310/96-05
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.302
RECURSO Nº. : 113.025
RECORRENTE : SCHIRMAM & BARRIOS LTDA - ME

RELATÓRIO

SCHIRMAM & BARRIOS LTDA - ME, jurisdicionada pela DRF - SANTA MARIA - RS, foi notificado pelo documento de fl. 03 onde é cobrado o equivalente a 500 UFIR de multa por atraso na declaração de IRPJ exercício de 1995.

Tempestivamente a empresa entrou com impugnação de fl. 07.

Às folhas 11/15 decisão da autoridade monocrática, assim emendada:

- IMPOSTO DE RENDA PESSOAS JURÍDICA

Multa Regulamentar:

A falta de apresentação da declaração de rendimentos do Exercícios de 1995, Ano-Calendário de 1994, ou a sua apresentação fora dos prazos estabelecidos, sujeita a pessoa jurídica à multa mínima de 500 UFIR.

Inconstitucionalidade dos atos legais:

Compete privativamente ao Poder Judiciário apreciar e decidir questões que versem sobre a inconstitucionalidade das leis.

EXIGÊNCIA FISCAL PROCEDENTE

Irresignada com a decisão da autoridade monocrática a interessada ingressou com recurso ao Primeiro Conselho de Contribuintes alegando que a Lei Nº 7.256/84 dispensou apresentação de declaração para microempresas sem movimento e que a multa aplicada não procede por estar prevista no artigo 856 do RIR/94, aprovado pelo Decreto 1.041/94, e decretos não podem instituir multas. 



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11060/000.310/96-05
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.302

Às folhas 23/24 manifestação da PFN propugnando pela manutenção da exigência.

É o relatório. *A*



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11060/000.310/96-05
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.302

VOTO

CONSELHEIRO ANTONIO DE FREITAS DUTRA, RELATOR

O recurso é tempestivo, dele conheço.

A multa questionada, pelo ora recorrente, encontra-se disciplinada, pela Lei Nº 8.981, de 20/01/95, cujo efeitos começaram a produzir a partir de primeiro de janeiro de 1995 (art. 116). Em seus dispositivos encontramos o art. 88 que determina:

“Art. 88 - A falta de apresentação da declaração de rendimentos ou a sua apresentação fora do prazo fixado, sujeitará a pessoa física ou jurídica.

I - à multa de mora de um por cento ao mês ou fração sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago.

II - à multa de duzentas UFIR a oito mil UFIR, no caso de declaração de que não resulte imposto devido.

§ 1º O valor mínimo a ser aplicado será:

a) de duzentas UFIR para as pessoas físicas;

b) de quinhentas UFIR, para as pessoas jurídicas:

§ 2º A não regularização no prazo previsto na intimação, ou em caso de reincidência, acarretará o agravamento da multa em cem por cento sobre o valor anteriormente aplicado.”

Para que não houvesse dúvida sobre a aplicação do citado dispositivo em 06/02/95 a Coordenação do Sistema de Tributação expediu o Ato Declaratório COSIT Nº 07 que declara, *ipsis litteris*.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11060/000.310/96-05
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.302

“I - a multa mínima, estabelecida no § 1º do art. 88 da Lei Nº 8.981/95, aplica-se às hipóteses previstas nos incisos I e II do mesmo artigo;

II - a multa mínima será aplicada às declarações relativas ao exercício de 1995 e seguintes:

III - para as declarações relativas a exercícios anteriores a 1995 aplica-se a penalidade prevista na legislação vigente à época em que foi cometida a infração.”

Estabelecido isso não há como admitir-se a hipótese do desconhecimento da referida penalidade e muito menos de querer justificar o atraso na entrega da declaração.

Também não se aplica, aqui, a figura da denúncia espontânea contemplada no artigo 138 da Lei Nº 5.172/66, C.T.N, porque juridicamente só é possível haver denúncia espontânea de fato desconhecido pela autoridade, o que não é o caso do atraso da entrega da Declaração de Rendimentos de IRPF que se torna ostensivo com o decurso do prazo fixado para a entrega tempestiva da mesma.

Apresentar a declaração de rendimentos é uma obrigação para aqueles que se enquadram no parâmetros legais e deve ser realizado dentro do prazo fixado pela lei. Sendo esta uma obrigação de fazer, necessariamente, tem que ter um prazo certo para seu cumprimento e por consequência o seu desrespeito sofre a imposição de uma penalidade.

A causa da multa está no atraso do cumprimento da obrigação, não na entrega da declaração que tanto pode ser espontânea como por intimação, em qualquer dos dois casos a infração ao dispositivo legal já aconteceu e cabível é, tanto num quanto noutro, a cobrança da multa pelo atraso no descumprimento do prazo fixado em lei.

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11060/000.310/96-05
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.302

Apenas “ad argumentandum”, equivocou-se a recorrente quanto a instituição de multa pelo artigo 856 do RIR/94, porquanto ali apenas foi estabelecido a obrigatoriedade da entrega da declaração de rendimentos, tal como bem enfocou a autoridade de primeiro grau (fls. 14-). Todavia a base legal deste artigo é a Lei Nº 8.541/92 artigos 4º, 18, III e 52.

Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 28 de fevereiro de 1997.


ANTONIO DE FREITAS DUTRA